



18 DE JULHO DE 2011

Segunda - feira

- **NOTÍCIAS CNI (CLIPPING ANEXO)**
- **INFORMATIVO NOTÍCIAS SEMANAIS 27/2011 - DAL/FIEP (ANEXO)**
- **MERCADO AQUECIDO PROVOCA RECORDE DE PEDIDOS DE DEMISSÃO**
- **AGÊNCIA DO TRABALHADOR VAI INTERMEDIAR MÃO DE OBRA DE ALTA QUALIFICAÇÃO**
- **ANTES DE PEDIR A CONTA, SAIBA O QUE VOCÊ QUER DA CARREIRA**
- **CARGA PODE CHEGAR A 35% DO PIB**
- **SEMESTRE DE RECORDES REFORÇA CHANCE DE DÉFICIT DA BALANÇA**
- **FISCO CRIA VICIADOS EM RENEGOCIAÇÃO DE DÍVIDAS**
- **GOVERNO PODE REDUZIR PERCENTUAL DE ÁLCOOL MISTURADO À GASOLINA**
- **ORTIGARA FALA DE POSSÍVEIS INSTALAÇÕES PARA PROJETOS DO IAPAR EM UMUARAMA**
- **MRV VENDE 30% DA LOG PARA FUNDO E ESTUDA ABRIR CAPITAL DA SUBSIDIÁRIA**
- **ADVOGADOS GARANTEM PRIORIDADE NO RECEBIMENTO DE PRECATÓRIOS**
- **VENDAS DA VW MAIS AQUECIDAS DO QUE NUNCA**
- **APENAS CINCO CAPITAIS TÊM QUEDA NO PREÇO DA CESTA, EM JUNHO**
- **CNI E TRABALHADORES AVALIAM PROPOSTAS PARA AUMENTAR A COMPETITIVIDADE DA INDÚSTRIA**
- **PIS-FOLHA DE PAGAMENTO - VENCE DIA 25/7 O PRAZO PARA RECOLHIMENTO**

- **PROJETO DE LEI - PROJETO PUNE EMPRESA POR DIFERENÇA SALARIAL ENTRE HOMEM E MULHER**
- **SIMPLES NACIONAL - PAGAMENTO DO DAS VENCE QUARTA-FEIRA, DIA 20/7**
- **IR - FONTE - IMPOSTO DE RENDA RETIDO EM JUNHO VENCE QUARTA-FEIRA, DIA 20/7**
- **PIS/COFINS - PRORROGADA A VIGÊNCIA DA MEDIDA PROVISÓRIA 534**
- **DÉBITO FISCAL - TROCA DE BEM PENHORADO POR OUTRO DE DIFÍCIL ALIENAÇÃO PODE SER RECUSADA**

Câmbio Em 18/07/2011		
	Compra	Venda
Dólar	1,582	1,582
Euro	2,221	2,222

Fonte: BACEN

Mercado aquecido provoca recorde de pedidos de demissão

18/07/2011- Gazeta do Povo

O número de pedidos de demissão nunca foi tão alto no Paraná. Todos os dias, 1.460 trabalhadores "pediram a conta" no estado, em média, entre janeiro e maio deste ano, número 31% maior que o do mesmo período do ano passado. Em Curitiba, a alta na mobilidade é ainda maior, de 37%, na mesma base de comparação. Ao todo, foram 219 mil pedidos no Paraná e 72 mil na capital nos primeiros cinco meses do ano

– um recorde dentro da série histórica do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), que levantou os dados a pedido da Gazeta do Povo.

Confiante no bom momento econômico, o brasileiro está perdendo o medo de buscar novos desafios profissionais e melhores salários, segundo especialistas. Além disso, o cenário de escassez de talentos coloca os trabalhadores bem qualificados em posição de destaque, com mais exposição ao assédio da concorrência. “É uma combinação de fatores. Alta taxa de rotatividade é um indicativo de uma economia em crescimento. Diante do cenário de falta de mão de obra bem qualificada, caso específico do Brasil, esse fenômeno de troca de emprego se torna ainda mais forte”, avalia Marcelo Curado, professor do departamento de Economia da Universidade Federal do Paraná (UFPR).

Avise seu chefe

É uma dúvida comum entre os profissionais: em que momento avisar o chefe sobre a saída da empresa? Mariciane Gemin, sócia-gerente da filial de Curitiba da Asap, diz que a transparência é essencial, desde o primeiro momento. “Não deixe que o seu gestor fique sabendo de sua saída pelas conversas de corredor. Você ainda é parte da estrutura, e o gestor pode se sentir traído. O ideal é ser transparente e falar que recebeu a proposta de outra empresa, e pontuar os motivos para a saída.”

Deixe a porta aberta

A partir do momento em que você pediu demissão, o gestor deixa de ser seu chefe para se tornar um contato na sua rede de networking. Portanto, faça questão de deixar a porta aberta: você nunca sabe quando vai querer voltar para aquela empresa. “Antigamente, o pensamento era de que se você não é do time, então é inimigo. Virou um desertor. Com a volatilidade do mercado atual, isso mudou. Há muito mais abertura de se discutir com o gestor uma mudança. Se um novo emprego vai te garantir uma oportunidade melhor, ele vai entender isso. É importante deixar a porta aberta para que, no futuro, caso haja uma vaga mais em linha com aquilo que você busca, aquele gestor possa entrar em contato novamente contigo”, ensina Carlos Contar, da Business Partner.

Não faça leilão

Fazer leilão é uma prática condenada no mercado. Ao avisar seu chefe sobre uma nova proposta, preocupe-se muito com a maneira como vai fazer essa comunicação. Caso você esteja saindo puramente por causa de uma oferta de remuneração melhor, por exemplo, explique honestamente ao seu chefe que aquele salário é importante para você. “Seja franco ao explicar o que pode estar te motivando a considerar uma nova proposta. Se é o salário, o gestor poderá pensar em fazer uma contraproposta. Mas mostre que você só tomou essa atitude para compartilhar a informação com o gestor, para que ele tenha conhecimento do que está acontecendo, e não porque você está tentando fazer um leilão entre as duas empresas”, afirma Mariciane.

Não lave roupa suja

O momento do desligamento não é hora de apontar as falhas da empresa. Se você não falou o que estava errado enquanto era empregado, então o melhor é sair sem “lavar roupa suja”. “Não é momento de fazer desabafo na saída. Não é produtivo para ninguém. Se você está saindo, isso já é um sinal para a empresa de que algo está errado”, diz Mariciane.

A Agência do Trabalhador de Curitiba está desenvolvendo um projeto para intermediar a oferta de vagas para trabalhadores com alta qualificação, com nível superior. Hoje, a agência atua principalmente com oferta de oportunidades de menor complexidade, para trabalhadores com nível médio ou fundamental.

No estado, os setores com maior número de pedidos de demissão entre janeiro e maio foram serviços (73.836), indústria (61.771), comércio (58.836), construção civil (15.994) e agropecuária (8.050). Até mesmo a administração pública, tida como um porto seguro para o trabalhador, registrou um aumento nos pedidos de desligamento, de 15% em relação a 2010.

O tecnólogo em logística Kahoê Amaral Mudry, 24 anos, deixou a estabilidade de um cargo na Sanepar, onde era concursado, para buscar uma vaga na iniciativa privada. "Assim que entrei na faculdade, comecei a trabalhar na Sanepar. Ao longo do tempo, percebi que as possibilidades de crescimento na empresa eram limitadas, e que não seria possível mudar internamente para trabalhar com logística, então resolvi pedir demissão", conta. Sem experiência na área em que se formou, Mudry está cursando um mestrado. "Acho que foi um erro não ter feito estágios na área durante a faculdade. Fiz uma reserva financeira antes de sair da empresa, e agora estou fazendo uma especialização para conseguir me recolocar no mercado."

A publicitária Rejane Lemes, de 34 anos, deixou a montadora Nissan, em maio, para trabalhar na agência de publicidade Competence, onde atua como gerente de mídia. Ela foi atraída especialmente pelo novo desafio profissional. "O que me fez mudar foi a oportunidade de crescimento na nova função. A motivação para a saída foi a proposta de trabalho da agência, mais de acordo com aquilo que eu busco", afirma.

Impacto

Benéfico para os trabalhadores, que têm mais opções para a carreira, o fenômeno da alta taxa de rotatividade transformou-se num desafio para as empresas. Com isso, ganha cada vez mais destaque dentro das organizações o papel desempenhado pelo departamento de recursos humanos. "A estrutura de RH está assumindo um papel estratégico. As empresas estão investindo muito para treinar e desenvolver pessoas, dando oportunidades para os talentos da casa", diz Mariciane Gemin, sócia-gerente da filial de Curitiba da Asap, empresa de recrutamento e seleção especializada em média gerência.

Remuneração por tempo de empresa, maior transparência no plano de cargos e salários e comprometimento com o treinamento de funcionários são algumas das ferramentas usadas pelo RH para manter os trabalhadores entusiasmados. Mariciane também cita o maior preparo dos gestores como uma preocupação das empresas. "Não é raro que o funcionário peça demissão do gestor, e não da empresa. O bom índice de retenção só é alcançado com um conjunto de políticas, não é um fator isolado, mas o gestor é peça fundamental. Ele precisa estar preparado para garantir a permanência dos subordinados."

Diante da competição por trabalhadores, também é essencial que as empresas deixem claro para o funcionário as suas possibilidades de crescimento, diz Carlos Contar, diretor regional da consultoria de recursos humanos Business Partners Consulting. "O profissional está cada vez mais preocupado com o planejamento da carreira. Quando chega num novo trabalho, ele quer saber para onde essa empresa está indo nos próximos anos, quais são as linhas de crescimento e quais são suas metas. Isso

demanda, por parte da companhia, maior transparência e melhor comunicação com os funcionários.”

Agência do Trabalhador vai intermediar mão de obra de alta qualificação

18/07/2011- Gazeta do Povo

A Agência do Trabalhador de Curitiba está desenvolvendo um projeto para intermediar a oferta de vagas para trabalhadores com alta qualificação, com nível superior. Hoje, a agência atua principalmente com oferta de oportunidades de menor complexidade, para trabalhadores com nível médio ou fundamental.

Realizado em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Paraná (Fiep), o projeto tem o nome de “Ponto de Encontro”, e deve funcionar nas dependências da federação, em Curitiba, mas ainda não tem data definida para entrar em funcionamento. “Hoje as empresas de recursos humanos preenchem esse mercado, mas é uma preocupação nossa que o sistema público também ofereça intermediação de cargos de nível superior”, afirma o secretário municipal de Trabalho e Emprego de Curitiba, Paulo Afonso Bracarense Costa.

Em 2010, a agência realizou quase 500 mil encaminhamentos de emprego em todo o Paraná. Neste ano, o sistema de oferta de vagas da prefeitura de Curitiba está passando por uma transformação. A cidade está em fase de migração de plataforma, que será integrada nacionalmente.

Chamado de Sigae-Web, o novo sistema é uma iniciativa do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), e permite que o trabalhador consulte vagas em sua área em todo o Brasil. O objetivo do governo é que a integração resulte em maior número de ofertas de vagas para os trabalhadores e que, conseqüentemente, eles fiquem menos tempo dependendo do seguro-desemprego.

Antes de pedir a conta, saiba o que você quer da carreira

18/07/2011- Gazeta do Povo

Em seu livro Os Prazeres e Desprazeres do Trabalho (Editora Rocco, R\$ 42), o escritor e filósofo Alain de Botton sintetizou a importância que o trabalho tomou para a vida das pessoas na sociedade atual. “A escolha de nossas profissões carrega a definição de nossa identidade, chegando ao ponto de não perguntarmos a novos conhecidos de onde eles vêm ou quem são seus pais, mas o que eles fazem, na suposição de que o caminho para uma existência significativa deve sempre passar pelos portões de um emprego remunerado”, escreveu ele.

Não é sem motivo, portanto, que os profissionais se perguntem constantemente se estão ou no emprego certo. A tarefa de avaliar o momento de pedir demissão, porém, não é fácil, pois envolve um custo emocional alto – o temor de estar tomando a decisão errada. Analistas consultados pela Gazeta do Povo deram algumas dicas de como saber se é hora de buscar novas oportunidades de trabalho.

As causas da insatisfação profissional costumam seguir um roteiro comum: falta de reconhecimento, salário abaixo da média do mercado, pouca flexibilidade de horário, rotina enfadonha, empresa com pouca perspectiva de crescimento e problemas de relacionamento com o gestor estão entre os principais motivos de pedidos de

desligamento. Mas os especialistas alertam que nem todos esses problemas vão necessariamente se resolver somente com uma troca de emprego.

A primeira tarefa sugerida é fazer uma análise autocrítica da carreira até o momento. "Existe uma armadilha quando você está num mercado muito aquecido, porque há um desejo de mudança muito grande", afirma Simone Turra, headhunter da 4Search, uma consultoria de recursos humanos. "Não é porque um profissional ficou três anos numa empresa que é hora de ir embora. O que é preciso avaliar é se houve um movimento de crescimento nesse período dentro da empresa", diz.

Carlos Contar, da Business Partners Consulting, concorda. Ele diz que os ciclos profissionais encurtaram, mas isso não é razão para trocar de empresa. "Antes, a estabilidade por um longo período era uma virtude. Quem ficava até dez anos numa mesma organização era bem visto. Hoje, um ciclo de quatro anos é tido como positivo", afirma. Mas ressalta: "Isso não quer dizer que é preciso mudar só por mudar. A questão é ver se houve reconhecimento, se a pessoa cresceu dentro da empresa. Isso é o fundamental."

Para Mariciane Gemin, sócia-gerente da filial de Curitiba da Asap, empresa de recrutamento e seleção especializada em média gerência, o planejamento da carreira é essencial. "Há muitos profissionais que só fazem a administração e a gestão da carreira, mas não planejam no médio e longo prazo aquilo que gostariam de conquistar. A primeira coisa a fazer é ver se a mudança pretendida está de acordo com o que o profissional pretende para os próximos anos", diz.

Informação

Outro fator importante é buscar informações sobre a nova empresa. "O novo é sempre atraente", diz Carlos Contar. "Por isso, é importante conhecer bem a nova proposta, para não tomar uma decisão equivocada. Quem é a empresa, o que as pessoas que trabalham lá pensam sobre a companhia, quais são os valores dela e como é o mercado em que ela está inserida são perguntas que devem ser respondidas antes de uma decisão."

Carga pode chegar a 35% do PIB

18/07/2011- Gazeta do Povo

O brasileiro pagará um volume bem maior de impostos neste ano. De acordo com cálculos do economista Amir Khair, especialista em finanças públicas, a carga tributária do Brasil deve crescer 1,3 ponto porcentual, passando de 33,6% em 2010 para 34,9% do Produto Interno Bruto (PIB) em 2011. O movimento, segundo ele, reflete a retirada de desonerações fiscais como a do IPI e a dinâmica favorável da economia.

Semestre de recordes reforça chance de déficit da balança

18/07/2011- Gazeta do Povo

Beneficiado por produção e preços recordes no agronegócio, mas afetado pela persistente valorização do real, o Paraná encerrou o primeiro semestre com uma ambígua coleção de recordes em sua balança comercial. As marcas inéditas atingidas por produtos como soja, carnes e açúcar alçaram as exportações do estado ao maior

patamar da história; por outro lado, as empresas paranaenses nunca trouxeram do exterior tantos produtos, de matérias-primas a mercadorias de alto valor agregado. No cômputo geral, as importações superaram as exportações em US\$ 367 milhões, o pior saldo comercial já registrado em um primeiro semestre desde o início da série histórica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), em 1989.

Embora ainda haja meio ano pela frente, o déficit recorde acumulado de janeiro a junho pode ser determinante para os resultados da balança paranaense em 2011. Se não houver uma reversão da tendência observada nos últimos tempos, o estado fechará o ano com saldo negativo em suas transações internacionais pela primeira vez desde 2000. Isso só será evitado se, de junho a dezembro, o faturamento do Paraná com as vendas ao exterior for maior que o desembolso com as importações – algo que, nesse período do ano, não ocorre desde 2007.

Petrobras é a empresa que mais importa para o Paraná, trazendo petróleo da Nigéria para ser refinado na Repar, em Araucária.

Os relatórios do Ministério do Desenvolvimento mostram que as exportações do Paraná estão cada vez mais concentradas em um reduzido número de empresas. De janeiro a junho de 2010, as 40 maiores exportadoras do estado ficaram com 68% do faturamento total dos embarques; neste ano, o mesmo grupo abocanhou 72% das receitas.

Enquanto isso, a fatia das demais exportadoras – aproximadamente 1,9 mil empresas, segundo o MDIC – recuou de 32% para 28%. Desde 2005, a participação das grandes exportadoras cresceu quase 10 pontos percentuais: naquele ano, as 40 maiores concentravam 63% do faturamento total, ficando as demais com 37%.

Outro aspecto preocupante é que tem diminuído o universo de empresas que conseguem vender seus produtos ao exterior. O número de exportadoras do Paraná, que saltou de 1.731 para 2.031 entre 2002 e 2008, recuou nos últimos dois anos, atingindo 1.934 em 2010.

Depois de despencar de abril para maio, a importação de automóveis argentinos voltou a crescer, segundo os dados do MDIC. Em junho, o Brasil desembolsou US\$ 473 milhões com a compra de carros fabricados na Argentina, mais que o dobro do volume de maio, mês em que o governo brasileiro enquadrou os carros num regime de licenças não automáticas, cuja liberação é mais demorada. No Paraná, o movimento foi semelhante: após baixar de US\$ 70 milhões para US\$ 50 milhões entre abril e maio, a importação de automóveis argentinos subiu a US\$ 69 milhões no mês passado.

Aparentemente, os gestos de boa vontade demonstrados no mês passado pelos governos dos dois países tiveram efeito sobre o ritmo de autorizações de importação. No entanto, há notícias de que a crise comercial entre brasileiros e argentinos recrudescer nos últimos dias: carros argentinos estariam novamente sendo bloqueados, assim como eletrodomésticos, têxteis e alimentos fabricados no Brasil.

O anúncio de um embargo à produção de cerca de 90 frigoríficos de três estados, entre eles o Paraná, provocou uma antecipação dos embarques com destino à Rússia. Os russos anunciaram o bloqueio no início de junho, mas a suspensão só entrou em vigor no dia 15. Nesse meio tempo, as vendas de carne suína paranaense à Rússia dispararam, saindo de 1,8 mil toneladas (com receita de US\$ 5,2 milhões) em maio para 3,8 mil toneladas (US\$ 11,1 milhões) em junho.

Segundo reportagem publicada pela Gazeta do Povo na quinta-feira, os produtores esperam que os russos autorizem a retomada dos embarques a partir de agosto. Até lá, o principal mercado da carne suína produzida no Paraná ficará fechado – a Rússia compra quase metade de tudo o que os suinocultores do estado exportam. O peso dos suínos nas exportações de carne do Paraná, no entanto, é pequeno – menos de 10% do total. Nesse segmento, o principal produto paranaense é a carne de frango. (FJ)

Sem gordura

O registro de déficits no segundo semestre tornou-se habitual em razão do forte aumento das importações, que nos últimos anos foram impulsionadas pela queda do dólar e pela expansão do consumo no Brasil. Mas, pelo menos até o ano passado, o saldo positivo acumulado nos seis primeiros meses – época de escoamento da maior parte da safra agrícola do estado – vinha sendo grande o suficiente para compensar o “rombo” da segunda metade do ano. Em 2010, por exemplo, o estado chegou ao fim de junho com um superávit acumulado de US\$ 640 milhões, suficiente para compensar o déficit dos meses seguintes e fechar o ano no azul, com uma sobra de US\$ 220 milhões. Desta vez, não há “gordura” para queimar.

Os números acumulados de janeiro a junho, período em que o Paraná vendeu ao exterior US\$ 8,229 bilhões em mercadorias, deixam evidente o predomínio da agricultura e da agroindústria na atual pauta de exportações. Sete das dez maiores exportadoras do estado são empresas que comercializam grãos, carnes ou açúcar. E, entre os dez principais grupos de produtos exportados pelo Paraná, há seis ligados ao agronegócio.

Indústria tropeça

Enquanto os produtos básicos (sem qualquer transformação, como a soja em grão) ganham espaço na pauta paranaense, os manufaturados (industrializados de maior valor agregado) fraquejam. Esses produtos, que chegaram a responder por 60% das exportações paranaenses no primeiro semestre de 2006, agora têm fatia de apenas 36%; no mesmo intervalo, a participação dos básicos saltou de 29% para 49%.

Análise do Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (Iedi) referente à pauta brasileira, que enfrenta o mesmo fenômeno, afirma que “o ponto fundamental é que a ‘primarização’ [aumento da fatia dos produtos básicos] vem ocorrendo não somente pela supervalorização das commodities, mas por um colapso da capacidade brasileira de colocar sua produção industrial em mercados externos”. O Iedi atribui esse colapso à ausência de políticas industriais, de investimento em infraestrutura, de reforma tributária e também “ao fator decisivo que é o câmbio”.

No Paraná, chama atenção o fraco desempenho da indústria automotiva e do setor de máquinas e equipamentos. As vendas de veículos e componentes caíram 9% em relação ao mesmo período de 2010, para US\$ 749 milhões; considerando-se apenas os automóveis leves, as vendas despencaram 32%, para US\$ 352 milhões, patamar semelhante ao registrado dez anos atrás. Os embarques de máquinas e equipamentos (gama que também inclui colheitadeiras, refrigeradores, motores diesel e outros) até melhoraram um pouco, somando R\$ 473 milhões, mas continuam abaixo dos níveis de meados da década passada.

Importações

O mesmo câmbio que dificulta a entrada dos manufaturados brasileiros no exterior facilita a compra de produtos fabricados lá fora. E as montadoras, que vêm exportando menos, importam cada vez mais: Renault, Volkswagen, Volvo, Nissan e Case New Holland aparecem no ranking das dez maiores importadoras do estado. A líder dessa lista é a Petrobras, que compra petróleo da Nigéria para refiná-lo na Repar, em Araucária. Completam o rol Positivo Informática, que importa componentes de computadores; a multinacional de eletrodomésticos Electrolux; e duas empresas de fertilizantes (Bunge e Mosaic).

Parceiro

Transações com o Japão crescem apesar de tragédia

A devastação provocada pelo terremoto seguido de tsunami, em março, parece não ter afetado as transações comerciais do Paraná com o Japão. De janeiro a junho, as exportações paranaenses para aquele país somaram US\$ 188 milhões, com forte alta de 41% sobre o mesmo período de 2010. E as importações, pelo Paraná, de produtos japoneses aumentaram 48%, para US\$ 162 milhões.

As vendas de carne paranaense (principalmente de frango) ao Japão aumentaram 57% nos seis primeiros meses do ano, para US\$ 130 milhões. Os embarques de soja subiram ainda mais (80%) e somaram US\$ 23 milhões, ao passo que as exportações de preparações alimentícias – essencialmente café solúvel – aumentaram 10%, para US\$ 16 milhões. Por outro lado, os japoneses reduziram em 39% as importações de máquinas e equipamentos fabricados no Paraná.

Importações

Em sentido oposto, o Paraná elevou em 56% as compras de máquinas e equipamentos fabricados no Japão neste ano. As importações de aparelhos e materiais elétricos cresceram 32% e as de instrumentos óticos, médicos e de fotografia, 61%. O fluxo de produção e envio de autopeças japonesas, que preocupava algumas empresas do polo automotivo paranaense, não acusou problemas: a entrada desses produtos no Paraná quase triplicou neste ano, somando US\$ 19 milhões de janeiro a junho.

Fisco cria viciados em renegociação de dívidas

18/07/2011- O Estado do Paraná

Os programas especiais de parcelamento de dívidas criados pelo governo nos últimos 11 anos criaram uma legião de viciados em renegociações. Empresas e pessoas físicas em débito com a Receita Federal e Previdência Social têm pago apenas as primeiras parcelas e depois abandonam os pagamentos à espera de novo perdão e nova renegociação. A estratégia tem funcionado. Desde 2000, já foram lançados quatro parcelamentos e as dívidas nunca são quitadas.

Levantamento da Receita Federal, obtido pela Agência Estado, mostra que há um número grande de exclusões de devedores dos programas, seja pela migração para outros parcelamentos ou porque voltaram a ficar inadimplentes. A segunda opção explica a maioria dos casos.

O exemplo mais claro desse processo está no chamado Refis da Crise, parcelamento lançado pelo governo em 2009 para um pacote de dívidas de R\$ 364 bilhões para pessoas jurídicas e R\$ 8,7 bilhões para pessoas físicas.

Por causa do grande volume de débitos e da complexidade das regras, o governo levou 18 meses para construir o sistema de informática para consolidar as dívidas, o que permitirá definir quanto cada devedor vai pagar e em quantas parcelas.

Durante esse período, quem aderiu ao programa pagou apenas uma parcela mínima da dívida, mas ainda assim recebeu a certidão negativa de débitos, exigida para participar de licitações públicas.

No primeiro grupo de empresas que tinham de fechar a negociação com o Fisco até 30 de junho, com dívida total de R\$ 247 bilhões, apenas 60% das 147 mil companhias concluíram o procedimento. Ou seja, cerca de 60 mil empresas perderam o prazo para renegociar dívidas e abandonaram o programa.

Agora, essas empresas terão de pagar multas e juros sobre esses débitos, além da inscrição na Dívida Ativa da União. Porém, um processo de execução da dívida pode durar anos. Enquanto estava no programa, quem não tinha débitos de outros parcelamentos podia pagar o mínimo de apenas R\$ 500 por mês. As informações são do jornal **O Estado de S. Paulo**.

Governo pode reduzir percentual de álcool misturado à gasolina

18/07/2011- O Estado do Paraná

O governo poderá reduzir a porcentagem da mistura de álcool na gasolina para garantir o abastecimento de etanol no mercado, disse nesta sexta-feira (15), o ministro de Minas e Energia, Edison Lobão. Se for adotada, a medida entrará em vigor a partir de 1º de outubro, antecipou Lobão.

“Isso pode ser feito se chegarmos à conclusão de que há necessidade para garantir o abastecimento”, assinalou o ministro. De acordo com ele, a oferta do produto cresceu, mas o consumo também está aumentando e a safra pode ter uma pequena quebra.

O governo, informou Lobão, estuda outras medidas para dar segurança ao mercado de consumo de etanol neste ano e em 2012. “Estamos incentivando os produtores e distribuidores a manter estoques por 15 a 30 dias. Ajudaremos financeiramente na preservação dos estoques.” Ainda segundo o ministro, o governo vai financiar a renovação dos canaviais.

Ortigara fala de possíveis instalações para projetos do Iapar em Umuarama

18/07/2011- O Estado do Paraná

Promover o desenvolvimento da agropecuária paranaense por meio da geração de conhecimentos científicos e tecnológicos adequados à realidade social e econômica dos produtores, que possibilitem, respeitando o meio ambiente, produzir alimentos saudáveis e produtos de qualidade para a agroindústria. Esta é a linha de atuação do Instituto Agrônomo do Paraná (IAPAR).

O órgão abrange todo o Paraná: a sede, em Londrina, dois Pólos Regionais de Pesquisa (Curitiba e Ponta Grossa), 16 Fazendas Experimentais, 23 Estações Agrometeorológicas, (também utiliza dados coletados em outras 37 estações do Simepar) e 25 laboratórios de diferentes áreas de especialidade para pesquisa e prestação de serviços.

Analisando todo este trabalho realizado pelo Iapar, o secretário municipal de Agricultura e Meio Ambiente, Antonio Carlos Favaro, recebeu na noite de quinta-feira (14), no anfiteatro da prefeitura, o secretário estadual de Agricultura, Norberto Ortigara. Participaram da reunião representantes do Iapar, Emater e Aciu, com o objetivo de discutir sobre uma área disponível, um antigo colégio agrícola que tem a disposição de fazer um trabalho de pesquisa e análises. Esse trabalho é realizado em estações experimentais do próprio Iapar, em parceria com cooperativas, associações de produtores, universidades e outros centros de pesquisa.

Segundo Antonio Carlos Favaro, as tecnologias do Iapar se distinguem pelo rigor científico e profundo respeito à realidade dos agricultores e ao meio ambiente, sem perder de vista as exigências dos consumidores e necessidades da agroindústria. Ainda ressaltou o fator da documentação da área própria estar legalizada. “Agora já é possível realizar um trabalho mais efetivo com os produtores e a pesquisa vem garantir aos produtores um investimento mais seguro”, disse.

O secretário estadual de Agricultura, Norberto Ortigara, citou a preocupação do governo no sentido de realizar o processo de pesquisa e geração de soluções para a agricultura, tornando-a disponível para aplicação e prática. “Queremos dar uma destinação útil para esse local e estamos aqui para ouvir a sociedade. Grandes projetos podem ser realizados. Quem sabe possamos fazer uma vitrine tecnológica, onde poderão ser demonstrados os trabalhos realizados na região”, disse. O secretário ainda frisou que está no plano de governo Beto Richa o fortalecimento das instituições de pesquisa. “Definidas as decisões aqui, com certeza a questão de viabilizar recursos para a região será vista com muita atenção”, falou Ortigara.

O presidente da Associação Regional dos Engenheiros Agrônomos de Umuarama (Areau), Humberto Vignoli, é um dos principais incentivadores da iniciativa. A Areau

foi responsável pela idealização do Show Tecnológico Arenito Caiuá, evento que apresentou, nas diversas edições já realizadas, opções de diversificação para o setor agropecuário. Vignoli também é vice-presidente da Associação Comercial e Industrial de Umuarama (Aciu) e diretor técnico da Câmara Técnica de Agricultura da entidade.

Com informações da prefeitura de Umuarama.

MRV vende 30% da Log para fundo e estuda abrir capital da subsidiária

18/07/2011- Valor Econômico

Quatro anos depois de abrir o capital da MRV, Rubens Menin dá o segundo passo mais importante da sua trajetória no ramo imobiliário. Por R\$ 250 milhões, o empresário mineiro fechou a venda de um terço da MRV LOG - subsidiária de imóveis para renda, como centros logísticos e shoppings - para o fundo de private equity Starwood Capital, que administra US\$ 16 bilhões em ativos imobiliários no mundo e faz sua estreia no Brasil. Os sócios da Log fizeram um aporte adicional de mais R\$ 100 milhões no negócio.

Com a injeção de R\$ 350 milhões, Menin prepara o braço de logística para uma fase de expansão acelerada e a futura abertura de capital do negócio, possivelmente no próximo ano, se as condições de mercado forem favoráveis. A capitalização tem importância estratégica porque a MRV Log vinha sendo grande consumidora de caixa da empresa mãe, a MRV, cujo foco principal é totalmente distinto.

O empresário mineiro que começou na baixa renda traça para o seu novo negócio trajetória semelhante à adotada na empresa que fundou há 32 anos, a MRV. A companhia de baixa renda recebeu aporte de R\$ 160 milhões do fundo Autonomy em dezembro de 2006. Ganhou musculatura e conseguiu a maior capitalização (R\$ 1 bilhão) em bolsa de uma empresa do ramo imobiliário na primeira emissão de ações. A própria Log foi fundada em 2008 em sociedade com o Autonomy, que detinha 35% e vendeu sua participação em julho de 2009 em uma oferta de ações secundária. O braço de logística ficou um tempo adormecido até voltar à ativa, em agosto de 2010.

Menin é presidente do conselho de administração da MRV Log, no qual a Starwood ocupará dois assentos. Ele e os executivos ressaltam que o objetivo é tornar a empresa a maior do país no setor de logística e galpões industriais. Atualmente, a empresa tem 26 projetos em sete Estados, o equivalente a 1 milhão de m² de área bruta locável. O objetivo é atingir 3 milhões de m² em três anos.

Por enquanto, a empresa tem, prontos, 76 mil m² de área construída e 47,6 mil m² em operação. Hoje, a MRV Log possui R\$ 450 milhões em patrimônio líquido - o da MRV é de R\$ 3,2 bilhões.

Embora também atue em shoppings e malls de pequeno e médio porte, cerca de 80% dos negócios estão em condomínios e centros logísticos. "Durante 30 anos, rodei o Brasil procurando terrenos, temos muita experiência nisso", afirma Marcos Cabaleiro, presidente da MRV Log, que conta com a demanda por esse tipo de produto no Centro-Oeste, Sul e Nordeste - a atuação nacional é vendida pela companhia como seu principal diferencial. " É um setor que precisa de capital intensivo e só um player grande como nós consegue ter atuação nacional", diz Menin.

Além de Cabaleiro, no time da MRV Log, Menin tem Sérgio Fischer, que ficou durante oito anos na Flórida trabalhando em uma empresa de centros logísticos, da qual Menin

é sócio. "Estamos trazendo o conceito e o padrão que existe lá para o Brasil", afirma. "Hoje em dia, apenas São Paulo e Rio possuem produtos desse tipo."

A entrada do fundo será um processo catalisador para uma nova fase da empresa, que deve incorporar instrumentos de dívida (como CRI, financiamento à construção e debêntures) para financiar seu crescimento e aumentar o retorno. "Até agora, estava tudo sendo feito com capital próprio, mas queremos trazer mais alavancagem financeira para a empresa", diz Leonardo Correa, diretor financeiro e de RI da MRV. Para 2011, a previsão de investimentos é de R\$ 600 milhões.

O maior projeto da companhia será um loteamento industrial com seis milhões de m² em Betim. A empresa investirá R\$ 175 milhões na urbanização do local, que deve comportar cerca de 350 empresas. Ao contrário de outros negócios, terá cerca de 3,5 milhões de m² que serão vendidos.

Advogados garantem prioridade no recebimento de precatórios

18/07/2011- Valor Econômico

O Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Rio de Janeiro (TJ-RJ) decidiu, por unanimidade, que advogados podem receber antecipadamente honorários de sucumbência de até 40 salários mínimos (R\$ 21,8 mil) nas causas ganhas contra a Fazenda Pública - quando o cliente, credor do Fisco, é pago por meio de precatórios, num sistema que costuma tardar anos. De acordo com a decisão, os honorários têm natureza distinta do crédito discutido judicialmente, e, portanto, podem ser desmembrados do valor total.

Embora o TJ-RJ tenha uma súmula permitindo o recebimento antecipado dos honorários, muitos magistrados vinham impedindo essa sistemática. Por isso, o assunto foi remetido ao Órgão Especial da Corte, composto por todos os seus desembargadores. A 13ª Câmara Cível do TJ-RJ pediu ao órgão que se manifestasse por meio de um incidente de uniformização de jurisprudência, julgado na segunda-feira, 11, em favor dos advogados.

Quando a União, Estados e municípios são condenados na Justiça, os credores são pagos com precatórios. Os detentores desses títulos entram numa fila para aguardar o recebimento do dinheiro, que pode demorar anos. Mas para valores menores, o pagamento é feito de forma mais rápida, em até 60 dias, por meio da chamada requisição de pequeno valor (RPV). No caso da Fazenda estadual, créditos de até cerca de R\$ 22 mil são pagos por RPV.

O que o TJ-RJ afirmou é que, mesmo em condenações que demandem a emissão de precatórios, honorários de sucumbência de até 40 salários podem ser pagos por RPV. Os magistrados confirmaram a Súmula nº 135 do TJ-RJ, segundo a qual esses honorários "constituem verba autônoma, de natureza alimentar, podendo ser objeto de requisição específica e independente" da condenação devida à parte.

Editada em 2007, a súmula vinha perdendo força com mudanças na composição do tribunal, segundo advogados fluminenses. Alguns juízes passaram a impedir a liberação antecipada dos honorários, gerando descontentamento da classe.

A seccional fluminense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-RJ) entrou no caso analisado pelo TJ-RJ como amicus curiae, argumentando que pequenas bancas poderiam ir à falência se impedidas de receber honorários em até 60 dias. "Existem

escritórios que praticamente vivem de honorários de sucumbência", diz o advogado Ronaldo Cramer, procurador-geral da OAB-RJ.

Já o Ministério Público do Rio argumentou que os advogados não poderiam receber honorários de sucumbência, mesmo em valores menores, antes de seus clientes receberem seus créditos. Para os promotores, os honorários não podem ser desmembrados do crédito principal, pois fariam parte da mesma discussão processual. O MP cita precedentes do Superior Tribunal de Justiça (STJ) nesse sentido.

A discussão remete a diferentes interpretações do artigo 100 da Constituição. O MP ressalta que o parágrafo 8º desse artigo veda o fracionamento dos precatórios. Advogados citam o parágrafo 1º, segundo o qual créditos de natureza alimentícia serão pagos com preferência sobre os demais. O TJ-RJ acolheu o argumento de que os honorários de sucumbência se inserem nesse critério.

Advogados comemoraram a decisão. "Estamos aliviados porque temos casos de profissionais esperando muitos anos para receber", afirma Márcio Freitas, do escritório Capella, Freitas, Recarey Advogados Associados, do Rio.

Mas a questão ainda deverá ser definida pelo Supremo Tribunal Federal (STF), na análise de um recurso em que o Estado do Rio Grande do Sul tenta evitar o pagamento de honorários por RPV. "Não pode haver um fracionamento da execução", sustenta Nei Brum, procurador do Estado. "O valor integral do título tem que ser observado para identificar o meio no qual ele será pago, ou seja, precatório ou RPV." Para o procurador, alterar esse sistema implicaria quebra da ordem cronológica de pagamento. "É como se houvesse mais de um credor, e um deles recebesse primeiro."

Segundo o advogado Rogério Mansur Guedes, que defende tese contrária no STF, o TJ-RS já vem pagando os advogados por RPV. "Já está sacramentado", afirma, citando o Estatuto da OAB, que prevê o pagamento de honorários de forma autônoma. O julgamento no STF está em cinco votos favoráveis ao pagamento antecipado dos honorários de sucumbência, contra um pela impossibilidade de se desmembrar o crédito, como votou o presidente da Corte, ministro Cezar Peluso. A análise foi interrompida em dezembro de 2008 por um pedido de vista da ministra Ellen Gracie.

Vendas da VW mais aquecidas do que nunca

18/07/2011- Newsletter Automotiva

A Volkswagen alcançou recorde no primeiro semestre de 2011 e emplacou 4,09 milhões de veículos no mundo, com expansão de 14,1% em relação ao ano anterior. O desempenho das marcas do grupo, desconsiderando as vendas da Scania, foi superior à média do mercado, que acelerou 6,1% no período.

A companhia também registrou crescimento em junho, com 719,4 mil unidades e alta de 11,7% na comparação com o mesmo mês de 2010. Com o desempenho, o grupo espera evoluir mais do que o mercado total no segundo semestre, impulsionado pelo portfólio de produtos que cobre vários segmentos.

Regiões

O grupo entregou mais de 455 mil veículos e cresceu 10,9% na América do Sul na primeira metade do ano. As vendas também evoluíram no mercado norte-americano, com 319 mil unidades e expansão de 20,4%.

O mercado continuou aquecido na Ásia. A empresa vendeu 1,26 milhão de veículos na região e cresceu 19,5%. O desempenho também foi positivo na Europa, com crescimento de 9,3% e 1,9 milhão de emplacamentos.

Marcas

A divisão de veículos leves da Volkswagen entregou 2,5 milhões de carros e cresceu 11,8% entre janeiro e junho deste ano. A Audi avançou 17,7%, com 554 mil emplacamentos e a Seat entregou 186 mil veículos e evoluiu 2,5%. A Volkswagen Caminhões e Ônibus teve a expansão mais expressiva, de 29% com 260 mil veículos.

Apenas cinco capitais têm queda no preço da cesta, em junho

18/07/2011- Dieese

As quedas ocorreram em Goiânia (-3,23%), Aracaju (-1,84%), Vitória (-1,71%), Rio de Janeiro (-1,19%) e Brasília (-1,14%). Dentre as 12 cidades onde os preços subiram, os destaques foram Florianópolis (4,44%), Fortaleza (3,64%) e João Pessoa (3,02%).

A capital paulista registrou o maior custo para a aquisição dos itens básicos, somando R\$ 273,48. Em Porto Alegre, o preço da cesta correspondeu a R\$ 272,24 e, em Florianópolis, ficou em R\$ 266,44. As cidades mais baratas foram Aracaju (R\$ 183,24), Salvador (R\$ 204,69) e João Pessoa (R\$ 206,22).

Com base no maior valor apurado para a cesta e levando em consideração o preceito constitucional que estabelece que o salário mínimo deve suprir as despesas de um trabalhador e sua família com alimentação, moradia, saúde, educação, vestuário, higiene, transporte, lazer e previdência, o DIEESE estima mensalmente o salário mínimo necessário, que em junho correspondeu a R\$ 2.297,51. Este valor representa 4,22 vezes o mínimo em vigor, de R\$ 545,00. Em maio, o valor estimado era bastante parecido, de R\$ 2.293,31, ou seja 4,21 vezes o piso em vigor. Em junho de 2010, o menor valor deveria ser de R\$ 2.092,36, isto é, 4,1 vezes o mínimo de então, de R\$ 510,00.

Variações acumuladas

No primeiro semestre deste ano, apenas Manaus (-0,70%) e Goiânia (-0,87%) apresentam variações acumuladas negativas. Já os maiores aumentos foram anotados em Florianópolis (11,88%), Fortaleza (9,87%), Porto Alegre (7,97%) e João Pessoa (6,17%).

Nos últimos 12 meses, de julho de 2010 a junho deste ano, a variação acumulada é negativa em Salvador (-1,52%) e Aracaju (-0,50%), e as maiores altas ocorreram em Fortaleza (24,20%), Florianópolis (14,62%) e Rio de Janeiro (12,60%).

Cesta x salário mínimo

O trabalhador que ganha salário mínimo precisou realizar, em junho, na média das 17 capitais pesquisadas, 96 horas e 05 minutos para adquirir a cesta básica, tempo pouco superior ao exigido para a mesma compra em maio, quando ficava em 95 horas e 16 minutos. Em junho de 2010, a mesma aquisição comprometia uma jornada de 94 horas e 56 minutos.

Quando se considera o percentual do salário mínimo líquido gasto com a cesta, após a dedução da parcela referente à Previdência Social, percebe-se que o comprometimento em junho – quando correspondeu a 47,47% - também se encontra em patamar semelhante ao do mês anterior (47,07%). Em relação a junho de 2010, o percentual comprometido era de 46,90%, pouco menor que o atual.

Comportamento dos preços

A exemplo do que ocorreu em maio, também em junho o tomate, item pesquisado em todas as localidades, foi o produto que mais influenciou o aumento no preço da cesta.

Dezesseis das 17 capitais pesquisadas apresentaram alta neste item, com destaque para Florianópolis (35,97%), Porto Alegre (25,84%) e Curitiba (23,79%). Este comportamento, especialmente nas capitais do Sul do país, foi justificado pela forte queda da temperatura, com a ocorrência de geadas que afetaram os tomateiros. Em 12 meses, o aumento do tomate foi apurado em 14 localidades, em especial no Rio de Janeiro (52,61%), Fortaleza (49,64%), Florianópolis (48,82%), Goiânia (42,70%) e Curitiba (40,51%).

O preço da banana subiu em nove capitais, uma vez que houve redução na oferta do produto em localidades de menor produção como João Pessoa (14,10%), Manaus (9,06%), Recife (6,91%) e Salvador (5,13%). Em Belém e Florianópolis os preços ficaram estáveis e houve queda em outras seis cidades, particularmente em Curitiba (-8,45%) e Goiânia (-7,78%).

Oito capitais registraram alta no preço do leite – com destaque para Belém (3,86%), Brasília (3,61%) e Fortaleza (3,59%). Houve estabilidade no Rio de Janeiro, Aracaju e Goiânia enquanto Salvador (-3,30%) e Natal (-3,14%) destacaram-se pela retração.

Apesar da predominância de capitais onde o preço da cesta aumentou, a maior parte dos produtos acompanhados apresentou recuo no mês. O arroz, por exemplo, teve queda em 13 cidades, em especial, em Aracaju (-5,84%), Goiânia (-3,47%), Manaus (-3,39%) e Porto Alegre (-3,07%). O preço ficou estável em Belém, e pequenos aumentos ocorreram em Vitória (1,41%), Belo Horizonte (0,56%) e Rio de Janeiro (0,44%). Em 12 meses, todas as 17 capitais registraram queda no preço do arroz, em 12 meses, com variações entre -2,46%, em Manaus e -23,08%, em Brasília.

O preço da carne teve redução em 11 regiões, provavelmente influenciada pelo embargo à carne brasileira imposto pela Rússia. As maiores taxas negativas foram registradas em Aracaju (-4,93%), Goiânia (-3,84%) e Rio de Janeiro (-3,30%). Dentre as seis localidades com alta, os destaques foram Florianópolis (4,56%) e Natal (3,36%).

Apesar da queda no mês, o produto está muito mais caro este ano, que em 2010. No período de um ano, a carne subiu em todas as 17 capitais, com variações entre 5,73%, em Aracaju e 30,94%, em Fortaleza.

Doze cidades apresentaram queda no preço do açúcar, com destaque para Goiânia (-8,67%). Em São Paulo, não houve alteração e a maior alta ocorreu em Belém (2,92%).

Em 12 meses, o açúcar subiu em 14 regiões, com destaque para Vitória (26,17%), Fortaleza (24,14%) e Goiânia (23,45%). As reduções foram observadas em Brasília (-12,46%), Salvador (-10,41%) e Recife (-1,46%).

O preço do óleo de soja apresentou redução em 12 capitais, com a maior queda observada em Natal (-5,33%), vindo a seguir Curitiba (-1,79%). Os preços permaneceram estáveis em Florianópolis e Manaus e o principal aumento foi apurado em Salvador (1,29%). A exemplo do que ocorreu com a carne, também o óleo de soja subiu em todas as 17 capitais em comparação com junho de 2010, consequência do crescimento da demanda internacional pela soja. Em 12 meses, os preços do óleo subiram de 11,46%, em Fortaleza, a 42,27%, em Salvador.

A batata, pesquisada em nove capitais do Centro-Sul do país, ficou mais barata em todas elas, em junho. As variações situaram-se entre -13,26%, em Curitiba e -23,66%, em Goiânia. Também em 12 meses, todas as cidades onde o preço da batata é acompanhado registraram retração, com suas taxas variando entre -11,28%, em Vitória e -37,00%, em Belo Horizonte.

O preço do café subiu em 16 cidades, entre junho do ano passado e o mês passado.

Os aumentos situaram-se entre 7,02%, em Brasília e 19,84%, em Salvador. Apenas em Aracaju houve pequeno recuo (-0,41%). A redução de estoques e fatores climáticos – chuvas intensas e forte frio – prejudicaram a produção.

O preço do feijão teve queda, em 12 meses, em 15 localidades. As variações mais acentuadas ocorreram em Recife (-26,97%), Belém (-25,25%), Belo Horizonte (-23,84%) e São Paulo (-22,37%). Em junho de 2010, os preços do feijão estavam muito elevados e o produto foi substituído por outras leguminosas. Além disso, com os preços altos, a safra seguinte aumentou, o que fez crescer a oferta e derrubou os preços este ano.

São Paulo

Mais uma vez, São Paulo registrou o maior valor para a cesta de alimentos essenciais, entre as 17 localidades pesquisadas pelo DIEESE. O conjunto de gêneros básicos custou, em junho, R\$ 273,48, com pequena alta no mês (0,18%) e uma variação acumulada, no primeiro semestre de 2011, de 3,14%. Em 12 meses – entre julho do ano passado e junho último – a alta chega a 9,80%.

Dos 13 itens que compõem a cesta prevista para São Paulo, sete apresentaram queda, cinco subiram e o açúcar refinado manteve o mesmo preço do mês anterior. As reduções foram apuradas para a batata (-13,57%), banana nanica (-2,89%), arroz agulhinha (-2,22%), óleo de soja (-0,71%), carne bovina de primeira (-0,70%), feijão cariquinho (-0,60%) e pão francês (-0,29%). Por outro lado, elevações foram registradas para tomate (8,68%), manteiga (4,97%), café em pó (2,39%), farinha de trigo (2,21%) e leite *in natura* integral (1,67%).

Nos últimos 12 meses, apenas o arroz (-15,38%), a batata (-21,75%) e o feijão (-22,37%) apresentaram queda em seus preços. Os outros 11 itens subiram: tomate (35,86%), óleo de soja (28,57%), farinha de trigo (20,00%), carne (17,59%), açúcar (13,40%), café (11,20%), pão (10,13%), banana (8,37%), leite (8,00%), e manteiga (4,56%).

O trabalhador paulistano remunerado pelo salário mínimo precisou realizar, em junho, uma jornada de 110 horas e 24 minutos para adquirir a cesta básica de alimentos, ou seja, 12 minutos a mais do que no mês anterior (110 horas e 12 minutos). Em junho de 2010 eram necessárias 107 horas e 26 minutos.

Resultado semelhante aparece quando se compara o custo da cesta com o salário mínimo líquido, ou seja, após os descontos previdenciários. Em junho, 54,54% do salário mínimo eram comprometidos na compra da cesta, enquanto em maio eram necessários 54,44%, e em junho de 2010 o percentual exigido era bem menor: 49,67%.

CNI e trabalhadores avaliam propostas para aumentar a competitividade da indústria

18/07/2011- CNI

Brasília – A ameaça representada pelas importações uniu a Confederação Nacional da Indústria (CNI), as centrais sindicais e sindicatos de trabalhadores na busca de propostas para aumentar a competitividade da indústria nacional e para evitar um processo de desindustrialização no país. Em reunião na sede da CNI na tarde desta quarta-feira, 13 de julho, ficou acertado que, juntos, trabalhadores e empresários, levarão os problemas à presidente Dilma Rousseff e pedirão a criação da Câmara da Industrialização, para combater a desindustrialização. Além disso, será feita uma mobilização para mostrar aos parlamentares as dificuldades enfrentadas pela indústria e os riscos que isso representa para o emprego.

“Constatamos aqui, hoje, que os nossos objetivos são os mesmos: fazer o Brasil avançar com empregos de melhor qualidade. Precisamos mostrar para a sociedade que estamos juntos”, disse o presidente da CNI, Robson Braga de Andrade, o anfitrião do encontro. Participaram também os deputados Paulo Pereira da Silva, o Paulinho (PDT-SP), presidente da Força Sindical; Vicente Paulo da Silva, o Vicentinho (PT-SP); e Sandro Mabel (PR-GO).

“Vamos pedir ao presidente da Câmara, Marco Maia, a realização de uma comissão geral sobre a desindustrialização. Nesse dia, vamos fazer um abraço no Congresso, com trabalhadores e empresários juntos”, contou o deputado Sandro Mabel. “Também vamos propor um pacto contra a desindustrialização, identificando os projetos que

estão na Câmara em defesa da indústria nacional e colocando todos na pauta de votação”, disse Paulinho.

Segundo o presidente da CNI, em dois meses, trabalhadores e empresários voltarão a se reunir para discutir a proposta de regulamentação da terceirização nos serviços públicos e privados, em análise na Câmara dos Deputados. “Vamos discutir esse assunto, tema proposto pelo deputado Paulinho”, informou Andrade.

PIS-Folha de Pagamento - Vence dia 25/7 o prazo para recolhimento

18/07/2011- Notas COAD

No dia 25/7 vence o prazo para recolhimento, sem acréscimo, do PIS - Folha de Pagamento.

Estão obrigadas ao recolhimento as entidades sem fins lucrativos, inclusive condomínios, e as cooperativas que excluïrem da base de cálculo do PIS-Faturamento ou da Cofins qualquer das receitas elencadas no artigo 15 da Medida Provisória 2.158-35/2001.

O fato gerador do recolhimento é o pagamento da folha de pagamento de junho/2011 e a alíquota para recolhimento é de 1%.

Código para recolhimento no DARF: 8301.

Projeto de Lei - Projeto pune empresa por diferença salarial entre homem e mulher

18/07/2011- Notas COAD

A Câmara analisa o Projeto de Lei 371/11, da deputada Manuela d'Ávila (PCdoB-RS), que proïbe o pagamento de salários diferentes para homens e mulheres que desempenhem as mesmas funções em uma empresa. A prática discriminatória poderá render à empresa a obrigação de pagar à funcionária valor equivalente a dez vezes a diferença acumulada, atualizada monetariamente, além das contribuições previdenciárias correspondentes.

Segundo o projeto, a fiscalização ficará sob responsabilidade da Receita Federal do Brasil e do Ministério Público do Trabalho. Para facilitar essa fiscalização, a Receita deverá desenvolver um aplicativo informatizado que permita o acesso, em tempo real, das informações relativas à qualificação do cargo e à carga horária mensal de cada funcionário. A base das informações será a Guia de Recolhimento do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço e Informações à Previdência Social (Gfip).

Segundo a deputada, já existem dispositivos legais que buscam igualar os salários entre homens e mulheres, mas "nenhum estabelece uma pena exemplar para os empresários que descumprem esse princípio e, principalmente, um sistema eficiente, rápido e abrangente de fiscalização".

Manuela d'Ávila ressalta que a proposta é igual ao PL [7016/10](#), apresentado pela ex-deputada Luciana Genro e arquivado no final da legislatura passada, pelo fato de sua tramitação não ter sido concluída.

Tramitação

O projeto tramita em caráter conclusivo e será analisado pelas comissões de Desenvolvimento Econômico, Indústria e Comércio; de Trabalho, de Administração e Serviço Público; e de Constituição e Justiça e de Cidadania.

FONTE: Agência Câmara dos Deputados

Simples Nacional - Pagamento do DAS vence quarta-feira, dia 20/7

18/07/2011- Notas COAD

As microempresas e empresas de pequeno porte que optaram pelo pagamento unificado de impostos e contribuições devem recolher até quarta-feira, dia 20 de julho, os valores devidos ao Simples Nacional, apurados sobre a receita bruta do mês de junho/2011.

O DAS para recolhimento do valor devido será gerado por meio de aplicativo específico disponível na internet.

IR - Fonte - Imposto de Renda retido em junho vence quarta-feira, dia 20/7

18/07/2011- Notas COAD

Os contribuintes que pagaram ou creditaram rendimentos sujeitos ao IR/Fonte no mês de junho/2011 a pessoas físicas ou jurídicas, residentes ou domiciliadas no País, inclusive rendimentos do trabalho, devem recolher os valores retidos até quarta-feira, dia 20/7.

Este prazo não alcança o IR/Fonte decorrente de juros sobre o capital próprio e aplicações financeiras, prêmios, multa e qualquer vantagem, remuneração do transportador paraguaio, rendimentos e ganhos distribuídos pelos fundos de investimento imobiliário, que possuem prazos específicos no Calendário das Obrigações, bem como aquele incidente sobre a remuneração indireta ou pagamentos efetuados a beneficiários não identificados, que deverá ser recolhido na data da ocorrência do fato gerador.

PIS/COFINS - Prorrogada a vigência da Medida Provisória 534

18/07/2011- Notas COAD

O Congresso Nacional, através do Ato 29, publicado no Diário Oficial de hoje, 18/7, prorrogou por 60 dias a vigência da Medida Provisória 534/2011, que altera o artigo 28 da Lei 11.196/2005 para reduzir a zero as alíquotas do PIS e da Cofins incidentes sobre a receita bruta de venda a varejo de *Tablet PC* produzido no País conforme processo produtivo básico estabelecido pelo Poder Executivo.

Débito Fiscal - Troca de bem penhorado por outro de difícil alienação pode ser recusada

18/07/2011- Notas COAD

A Segunda Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) confirmou decisão do ministro Mauro Campbell Marques que não admitiu recurso especial de uma empresa do Paraná, que pretendia substituir imóvel penhorado em execução fiscal, sustentando que o bem era essencial para o desenvolvimento de suas atividades.

A Fazenda Nacional recusou o pedido de substituição do bem penhorado ao argumento de que o imóvel ofertado se encontra em uma comarca distante, no município de Novo Aripuanã, no estado do Amazonas. De acordo com as alegações da Procuradoria-Geral da Fazenda, verificou-se no local uma série de irregularidades quanto ao registro do imóvel, incluindo grilagem de terra, e o bem não seria sequer de propriedade da devedora.

O entendimento da Segunda Turma foi fundamentado na Lei de Execução Fiscal (Lei n. 6.830/1980). Em seu artigo 15, ela estabelece que o devedor pode obter a substituição da penhora por depósito em dinheiro ou fiança bancária, mas, fora dessas hipóteses, a substituição submete-se à concordância do credor. O ministro Mauro Campbell explicou que, como o entendimento adotado pelo Tribunal Regional Federal da 4ª Região está em sintonia com a jurisprudência do STJ, o recurso especial não pode ser processado (Súmula 83/STJ).

Citando julgamentos precedentes, o relator do caso afirmou que a execução é feita a partir do interesse do credor, pois cabe a ele recusar ou não bens oferecidos à penhora quando estes se situam em outra comarca, o que dificulta a alienação. A decisão foi unânime.

Processo: Ag 1380918

Fonte: STJ.